****

**Manifesto da 19ª Plenária Nacional de Conselhos de Saúde, Entidades e Movimentos Populares e Sociais**

Os participantes da 19ª Plenária Nacional de Conselhos de Saúde, Entidades e Movimentos Populares e Sociais, em virtude da atual conjuntura nacional de ataque aos direitos sociais, trabalhistas e ao Sistema Único de Saúde (SUS), manifestam as seguintes posições:

* Em defesa incondicional do SUS público, universal, de qualidade e sob a gestão pública e direta do Estado, no regime de direito público;
* Em repúdio à proposta da Organização Mundial da Saúde e do Banco Mundial de Cobertura Universal em Saúde que transforma o acesso universal como direito social em acesso pela via do mercado e retirada do endosso do Estado Brasileiro a esta proposta em acordos internacionais;
* Pelo alcance da destinação mínima de 10% das Receitas Correntes Brutas da União ou equivalente para a saúde, garantindo o investimento público e o financiamento progressivo, que venha a se tornar exclusivo, da rede pública estatal de serviços de saúde;
* Pelo respeito às deliberações das Conferências de Saúde nas três esferas de governo. Os Planos de Saúde e os Planos Plurianuais devem ser aprovados pelos Conselhos de Saúde com base nas diretrizes aprovadas pelas Conferencias de Saúde.
* Pelo efetivo controle social com autonomia e independência perante a gestão e pela implementação das deliberações dos Conselhos de Saúde municipais, estaduais e nacional;
* Pela eliminação do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal para despesa com pessoal na saúde e apoio ao PL nº 251/2005 que amplia a possibilidade de gastos com pessoal para o setor saúde;
* Pelo fim da Desvinculação das Receitas da União (DRU);
* Pela criação do Imposto sobre Grandes Fortunas e pelo aprofundamento dos mecanismos de tributação para a esfera financeira;
* Contra a adoção de modelos privatizantes de gestão e pela revogação das leis que deram origem às Organizações Sociais, às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, às Fundações Estatais de Direito Privado e à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares;
* Contra os subsídios públicos e pelo fim da renúncia fiscal aos planos privados de saúde;
* Contra a entrada do capital estrangeiro nos serviços de assistência à saúde e pela revogação da Lei n° 13.019/2015;
* Contra a PEC nº 451/2014 que afronta a Constituição Federal por tornar obrigatório que as empresas contratem plano de saúde para o trabalhador pago com benefício fiscal;
* Contra a PEC nº 86/2015 que trata do Orçamento Impositivo por retirar recursos da saúde pública;
* Em defesa de concursos públicos pelo Regime Jurídico Único (RJU) com Plano de Carreira Nacional para os trabalhadores do SUS e contra todas as formas de precarização do trabalho;
* Em repúdio ao PL 4.330/2004 da terceirização e flexibilização do trabalho, que permite a terceirização inclusive da atividade-fim, rompendo todos os direitos dos trabalhadores brasileiros;
* Em apoio à instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os planos de saúde;
* Pela exigência de que o ministro Gilmar Mendes dê continuidade ao julgamento no Supremo Tribunal Federal da ADIN que proíbe o financiamento de campanha eleitoral por empresas;
* Em repúdio à PEC nº 171/1993 que reduz a maioridade penal;
* Em repúdio às Medidas Provisórias nos 664 e 665 que retira direitos previdenciários e trabalhistas.

**Brasília, 13 e 14 de abril de 2015.**